Nº 258/XI-2º/2014-15

(Programa Municipal de Emergência Social)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Terceira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro de 2014, realizada no dia 19 de dezembro de 2014, a Assembleia Municipal de Almada aprovou, a Proposta Nº 71/XI-2º de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 16/12/2014, sobre o "Programa Municipal de Emergência Social", através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

Considerando que também na área do concelho de Almada verificou-se com maior incidência nos últimos anos a existência de Cidadãos e Famílias em situações de emergência social traduzidas em perda de habitação e em incapacidade em fazer frente a despesas básicas, afetando mesmo a indispensável prestação de cuidados às crianças envolvidas.

Tendo presente que o Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por um contrato de inserção, consubstanciado em medidas a adotar pela instituições e pelas famílias tendo em vista promover a integração social e profissional destes. prestação е uma em dinheiro para satisfação de necessidades básicas.

No entanto as últimas alterações legais a esta medida excluíram inúmeras famílias que também apresentam situações de grande carência ou situações pontuais de grave emergência sendo canalizadas para o Atendimento e Acompanhamento em Ação Social.

Nº 258

No Concelho são oito as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com intervenção nesta área: Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta, Centro Paroquial de Cristo Rei, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro Feijó, Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Iaranjeiro, Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica, AMI e Associação Vale de Acór. A Segurança Social assegura também o atendimento em Ação Social nas áreas do território não cobertas pelas IPSS.

Procurando reforçar os recursos locais de apoio a pessoas em situação de pobreza, as IPSS e as organizações não governamentais têm desenvolvido um importante trabalho de recolha, armazenamento e distribuição de alimentos, de acordo com as campanhas de nível nacional do Banco Alimentar e com as disponibilidades do Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados, quer ainda em função da mobilização própria junto das grandes superfícies comerciais locais.

Entretanto a ação municipal neste âmbito tem-se concretizado, ao longo dos anos, através de protocolos de colaboração e de parcerias institucionais, estimulando e reforçando a implementação das respostas sociais mais adequadas aos problemas das pessoas e grupos mais vulneráveis, assumindo uma função de complementaridade de esforços e de contributos, na perspetiva da coesão social.

Em 2012 a Câmara Municipal definiu um Plano Municipal de Emergência com uma linha de apoio às IPSS para investimento, com vista a reforçar a capacidade instalada ao nível dos seus recursos físicos, para apoio às pessoas em situação de maior carência. Foram nesse quadro atribuídos subsídios para aquisição e apetrechamento de espaços destinados ao armazenamento de víveres, roupas e outros bens e equipamentos para conservação de alimentos,



Nº 258

bem como para aquisição de viaturas adaptadas para transporte de alimentos e de pessoas com mobilidade reduzida.

Perante o aumento das situações de emergência social, o Município avança com uma parceria com as entidades que acompanham indivíduos e famílias no âmbito do RSI e Ação Social, com vista à sua implementação, desenvolvimento e avaliação.

O Plano Municipal de Emergência tem por objetivos reforçar as respostas existentes para apoio às situações de grave carência e de emergência social dos munícipes e contribuir para colmatar pontualmente os impactos de situações de pobreza extrema. Consiste num apoio pecuniário, de natureza excecional, pontual e temporária, podendo ser atribuído por um período máximo de seis meses abrangendo as seguintes vertentes:

- Despesas de habitação: renda, água, luz, gás;
- Medicação, transportes e documentação prioritária;
- Bens de primeira necessidade, para crianças até um ano de idade.

A distribuição da verba afeta a este Plano, no valor de duzentos mil euros, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social subscritoras, são definidos como critérios base o número de beneficiários/utentes acompanhados por instituição e as necessidades destes.

Neste quadro a Câmara Municipal deliberou aprovar um Programa Especial de Emergência Social através de Protocolos de Parceria do Plano Municipal de Emergência e submete-lo à apreciação da Assembleia Municipal sem que para tanto esteja legalmente obrigada;

A proposta é atribuir às Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS, com processos de RSI e de Ação Social os seguintes novos apoios:

Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro ------- 15 150€ Associação Vale de Acór ------ 500€



Nº 258

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 22 de dezembro de 2014.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)